



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## EDITAL - PP (SRP) Nº 017/2017

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 017/2017**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2017**

### 1. PREÂMBULO.

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, com endereço à Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN, inscrita no CNPJ n.º 008.002.404/0001-26, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 014 de 02 de janeiro de 2017, torna público que realizará no dia **07 do mês de agosto do ano de 2017, às 09:00 horas, na sala de licitações**, no endereço supracitado, a abertura do Processo Nº **0176/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N.º 017/2017, do tipo menor preço por lote.**

O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n 3.555, de 08 de agosto de 2000; Decreto Municipal nº 005 de 03 de fevereiro de 2012; subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais exigências deste Edital.

O Edital será fornecido, **em até 24h anterior a data do certame**, podendo ser retirado na prefeitura ou direto no site: <http://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br>

### 2. DO OBJETO.

2.1 – A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para **Aquisição futura e de forma parcelada de medicamentos, material hospitalar, equipamentos e psicotrópicos para suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Farmácia Municipal e Hospital Municipal Severina Azevedo de Oliveira, situados no município de Bom Jesus/RN**, conforme especificações constantes do **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

### 3. DOS ANEXOS

3.1 - Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- Anexo I** – Termo de Referência (Especificações do objeto);
- Anexo II** – Minuta do Contrato;
- Anexo III** – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo IV** – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- Anexo V** – Modelo de Declaração referente ao Trabalhador Menor;
- Anexo VI** – Modelo de Declaração de Habilitação;
- Anexo VII** – Modelo da Carta de Credenciamento;
- Anexo VIII** – Modelo de Declaração de ME/EPP/MEI;
- Anexo IX** – Modelo de Declaração de Elaboração de Proposta Independente;
- Anexo X** – Minuta da Ata de Registro de Preço;

### 4. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME.

4.1 – A sessão pública deste Pregão Presencial terá início com o recebimento dos envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação, credenciamento na forma do item 5 deste Edital, análise e divulgação das propostas de preços recebidas e classificadas e início da etapa de lances, no endereço, dia e horário abaixo discriminado:

**ENDEREÇO: Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN.**  
**DATA: 07/08/2017**  
**HORÁRIO: 09hs (nove horas)**



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

4.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação qualquer empresa interessada, com atividade compatível com o objeto ora licitado, inclusive as classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014, que atenderem todas as exigências deste Edital.

5.2 - Só poderão participar dos **Lotes 06 e 09, exclusivamente**, as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Municipal nº 0283/2009, Art. 13, I, onde a mesma vem estabelecer normas de **competência municipais** a Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014, conforme cita seu Art. 48, I, onde cita:

*Art. 48. [...]*

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

5.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (dois) dias úteis, conforme Art. 43, §1º da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a **critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**5.4 – O disposto tratado no item 5.2 perderá validade quando no ato da realização da sessão pública, não participarem empresas enquadradas como MEI/ME/EPP. Sendo os lotes de exclusividade para essas empresas abertos para a ampla concorrência;**

5.5 - Não poderão participar desta licitação:

- a) empresas concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- b) empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensos, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para tal.
- c) empresas inadimplentes em obrigações assumidas com o Município de Bom Jesus/RN.
- d) empresas cujos sócios e/ou dirigentes tenham relação de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até terceiro grau, com o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores do Município de Bom Jesus/RN, além dos vereadores que sejam dirigentes ou representantes da Licitante, conforme decisão n.º 190/2010 do Tribunal de Contas do Estado.

## 6. DO CREDENCIAMENTO.

6.1 – No local, data e hora indicados no preâmbulo deste edital, na presença do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, será realizado o credenciamento dos licitantes por meio de seus representantes legais. Para tanto, é indispensável a apresentação de CÓPIA AUTENTICADA (conforme Art. 32 da Lei nº 8.666/93) dos seguintes documentos:



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

a) CARTEIRA DE IDENTIDADE ou outro documento equivalente DO OUTORGANTE e do OUTORGADO. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares; pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; órgãos fiscalizadores de exercício de profissão (Ordens, Conselhos, etc); Passaporte (ainda válido), certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação;

b) PROCURAÇÃO (mediante instrumento particular ou público) e/ou carta de credenciamento (conforme modelo constante do ANEXO VII), com firma reconhecida, estabelecendo poderes específicos para representar o licitante, expressamente quanto a formulação de propostas verbais e à prática de todos os demais atos inerentes ao pregão e ao Registro de Preços. NO CASO DE PROPRIETÁRIO, SÓCIO - ADMINISTRADOR, DIRIGENTE OU ASSEMBLADO DA EMPRESA PROPONENTE, é suficiente a apresentação da cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou documento equivalente), no qual deverá constar os poderes necessários para exercerem direitos e assumirem obrigações em decorrência de tal investidura. Se o representante for sócio não detentor de poderes para, isoladamente, formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhes os poderes necessários;

c) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL em vigor e demais alterações; ou ato constitutivo consolidado e aditivo (s) posterior (es), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de Sociedades por Ações, além dos documentos já citados, acompanhado dos documentos de eleições de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial;

d) Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, conforme modelo constante do ANEXO VI.

6.2 – Os documentos para credenciamento de que trata esse Artigo, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES de PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO, EM ORIGINAIS OU FOTOCÓPIA**, juntamente com o ANEXO VII (CARTA DE CREDENCIAMENTO) totalmente preenchido.

6.3 – A empresa deverá apresentar, para comprovar à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, as seguintes documentações:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); (imprimir a tela).

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.ius.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.ius.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)). (imprimir certidão negativa).

6.4 – Ao licitante que participe do certame será permitido o credenciamento de apenas um representante legal, vedada a participação de qualquer pessoa representando mais de um licitante, salvo na hipótese de que tais licitantes não estejam concorrendo para os mesmos itens do certame.

6.5 – A não apresentação ou incorreção da documentação de credenciamento, bem como o não comparecimento de representante legal à sessão, apenas prejudicará a participação de tal



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

licitante na fase de lances, bem como impossibilitará a interposição de recurso; salvo apresentação de documento de credenciamento válido no transcorrer da sessão, que habilitará o representante para os atos posteriores a entrega desse documento.

6.6 – Os interessados que enviarem os seus envelopes comercial e documentação sem representante(s) credenciado(s) deverá(ao) remeter(em), FORA DOS ENVELOPES nºs 01 e 02, a declaração que trata o item 6.1, alínea “d”.

6.7 – Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014, com suas alterações posteriores, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), terão tratamento diferenciado e favorecido, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos.

6.9 – A ME ou EPP que pretender se beneficiar do direito de preferência, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014, com suas alterações posteriores deverá apresentar declaração formal de que se enquadra em uma dessas categorias, conforme modelo do ANEXO VIII.

## **7. DA PROPOSTAS DE PREÇO.**

As propostas de preços deverão obedecer às especificações e condições previstas neste Edital.

7.1 – A proposta comercial deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;
- b) Número do Processo Administrativo e da modalidade – Pregão Presencial;
- c) Descrição, de forma clara e sucinta, do objeto desta licitação, em conformidade com as especificações detalhadas nos anexos integrantes deste Edital;
- d) O valor definido em conformidade com as exigências do Edital. Valor calculado com todos os encargos legalmente exigidos.
- e) A adjudicação será por lote incluindo todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a prestação dos serviços, encargos trabalhistas conforme a CLT, tributários, taxas bancárias e adicionais, despesas operacionais, eventuais encargos financeiros ou previsão inflacionária;
- f) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, combustíveis, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto desta licitação;
- g) Prazo de validade dos preços será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme regulamentação vigente, desde que haja interesse da Administração, assegurado o direito de revisão e atualização na forma legal, contados da data do respectivo contrato, bem como o direito de manutenção dos contratos firmados dentro do prazo de vigência do mesmo, na forma definida pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, preservadas todas as vantagens a favor da Administração contratante;
- h) Especificação, quantidade e marca (se for o caso) de todos os materiais e/ou serviços cotados;



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

- i) A prestação do serviço, não podendo ser superior ao exigido no Termo de Referência – Anexo I;
- j) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias;
- k) A falta ou incorreção do valor por extenso não será motivo para desclassificação da proposta desde que o valor esteja explicitado de outra forma e não reste margem de dúvida para efeito de julgamento.
- l) A falta da data, rubrica, CNPJ (ou CPF) e/ou endereço completo, poderá ser suprida pelo Representante Legal, na sessão, desde que tenha poderes para esse fim.

7.2 – A proposta de preço deverá estar acompanhada da declaração formal emitida pelo concorrente de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.

7.3 - Em anexo a proposta de preços, deverá constar declaração de elaboração de proposta independente, conforme modelo (anexo IX) deste Edital.

7.4 – O preço apresentado na proposta permanecerá fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, exceto quando confirmado motivo justo para revisão ou atualização, o que poderá ser feito a requerimento formal do interessado ou de ofício pela Administração, neste caso, representada pelo Pregoeiro desta Instituição, como gerenciador do Sistema.

7.5 – Será considerado o diferencial dos Tributos para fins de equalização de todas as propostas, quando couber, de acordo com o percentual atribuído por cada Ente da Federação (União/Estados/Municípios), podendo o pregoeiro consultar no decorrer da sessão os respectivos Sites Oficiais ou realizar consultas *online* a fim de confirmar qualquer tipo de alegação que porventura possa ser levantada contra qualquer licitante.

7.6 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada, em uma única via, em envelope individual, lacrado (não grampeado), tendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN**  
**PROCESSO Nº 0176/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº 017/2017**  
**DATA E HORA DA ABERTURA: 07/08/2017 – 09HS**  
**ENVELOPE 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”**  
**RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ**

## **8. DA HABILITAÇÃO.**

8.1 – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

- a) Original; ou
- b) Por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, autenticada (conforme Art. 32 da Lei nº 8.666/93); ou
- c) Publicação em órgão de Imprensa Oficial.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

#### **8.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971, quando a atividade assim o exigir.
- f) Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "e" deste subitem não precisarão constar do envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- g) Em se tratando de participação de Fundação impõe a comprovação de AUTORIZAÇÃO DE REGISTRO em Cartório do Estatuto e suas alterações (aditivos), tramitando junto ao Órgão controlador MINISTÉRIO PÚBLICO, como documento emitido pela CURADORIA DAS FUNDAÇÕES, conforme indicação retro. Em sendo de utilidade pública, deve a licitante apresentar cópia da Lei que a reconhece. Em qualquer caso, para efeito de participação da licitante em qualquer dos Lotes, deve ficar comprovado que a mesma, está devidamente inserida e regularizada junto aos órgãos competentes e constando expressamente no original do Estatuto ou nos respectivos aditivos, se houver.

#### **8.1.2 – REGULARIDADE FISCAL:**

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF, expedido pela Receita Federal.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos TRIBUTOS FEDERAIS e à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, emitida pela Secretaria da Receita Federal.
- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de DÉBITO DO ESTADO e quanto à DÍVIDA ATIVA DO ESTADO do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de DÉBITO DO MUNICÍPIO do domicílio ou sede do licitante.
- f) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

g) Certidão Negativa do Município de Bom Jesus/RN, no máximo 30 (dias) anterior ao certame. (A mesma só poderá ser tirada em até um dia anterior ao certame – **Obrigatório mesma que a empresa não seja do município de Bom Jesus/RN**).

### **8.1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Dois Atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público de outro ente municipal, estadual ou federal, ou privado, atestando o fornecimento e/ou prestação dos serviços em conformidade com o objeto da licitação, com firma reconhecida em Cartório de quem o atestou, juntamente com a cópia das notas fiscais correspondentes ao objeto licitado; em se tratando de atestado fornecido por entidade de direito público, fica dispensado o reconhecimento de firma da referida assinatura.

b) Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho Regional de Farmácia;

c) Apresentação de Licença Sanitária Municipal ou Estadual do exercício de 2017.

d) Certificado de Registro na ANVISA (art. 4º., inciso IV e XVI da Lei nº. 5.991/73 e art. 1º. a 3º. e 51 da Lei nº. 6.360/76);

e) Certificado de Autorização para Funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, (art. 51 da Lei nº. 6.360/76) e a renovação anual devidamente publicada no Diário Oficial da União, para medicamentos e psicotrópicos (conforme previsto no art. 23, §7º. Da Medida Provisória nº. 2190-34/2001 e art. 25 da Lei nº. 5.991/73), pertinente ao objeto da licitação: AE, AFE e Autorização de Correlatos.

### **8.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida nos últimos 30 (trinta) dias, pelo (s) órgão (s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica correspondente.

b) Comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor global estimado para o objeto do presente certame licitatório. A comprovação deverá se dá através da CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, emitida nos últimos 30 (trinta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes de habilitação.

c) Certidão Negativa do Cartório de Distribuição de Protestos (emitida pela Corregedoria Geral de Justiça do Rio Grande do Norte), com as respectivas certidões negativas dos cartórios onde a licitante pode ser protestada.

### **8.1.5 – OUTROS:**

a) DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) COM MENOS DE 18 (DEZOITO) ANOS em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Anexo V).

b) Declaração Assegurando a Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (Anexo IV).



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

8.2 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.3 – A Documentação de Habilitação deverá ser apresentada, em uma única via, através do Envelope nº. 02, devidamente lacrado (não grampeado), possuindo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN**  
**PROCESSO Nº 0176/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº 017/2017**  
**DATA E HORA DA ABERTURA: 07/08/2017 – 09HS**  
**ENVELOPE 02 - “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**  
**RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ**

## **9. DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS**

### **9.1- PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO E CREDENCIAMENTO**

9.1.1. No dia e horário estabelecido neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da empresa interessados, ou de seu representante, o documento para credenciamento, a Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e os envelopes de proposta de preços e habilitação.

9.1.2 - Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

### **9.2 - SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS**

9.2.1 – Terminada a fase de credenciamento, o Pregoeiro passará para a abertura do envelope de proposta, com a finalidade de verificar se as propostas dos itens estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

9.2.2 – Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova proposta, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3º da Lei 8.666/93.

9.2.3 – Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

9.2.4 – Após a análise das propostas pelo Pregoeiro, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas para o lote respectivo em pauta;

9.2.5 – Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o lote a ser adquirido, considerando-se o valor cotado.





Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

9.2.6 – Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10 % (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada lote, até a proclamação do vencedor;

9.2.7 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos;

9.2.8 – O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o lote e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação;

9.2.9 – A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante;

9.2.10 – Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances a redução a termo dos últimos lances ofertados;

9.2.11 – O Pregoeiro poderá fixar em até 02 (dois) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado;

9.2.12 – Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

### **9.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO**

9.3.1 – Encerrada a fase de lance para cada um dos lotes, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação;

9.3.2 – Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos;

**9.3.3. A licitante vencedora do certame poderá trazer sua proposta em meio magnético, físico ou eletrônico de modo a proceder a recomposição de preços ao término da sessão ou terá o prazo de 02 (dois) dias úteis APÓS O ENCERRAMENTO DA SESSÃO para apresentar nova planilha com a recomposição dos preços apresentados na fase de lances em valores unitários e totais;**

9.3.4 – Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital;

9.3.5 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3º da Lei 8.666/93;



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

9.3.6 – Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

## **10. DO JULGAMENTO.**

10.1 – O julgamento das Propostas de Preços será processado segundo os critérios objetivos abaixo:

- a) Será desclassificada a proposta que contenha entrelinhas, emendas, rasuras, borrões ou qualquer outro defeito, não ressalvados, que ponham em dúvidas informações essenciais à sua compreensão;
- b) Será desclassificada a proposta que não atenda às especificações contidas neste ato convocatório e anexos;
- c) A proposta que infrinja preceitos albergados em legislação específica vigente será desclassificada;
- d) Preço manifestamente superior ao de mercado ou inexequível, comprovado através de pesquisa de mercado e/ou planilha de custos constantes nos autos, ensejará a desclassificação da respectiva proposta, nos termos art. 48, inc. II, da Lei 8.666/93;
- e) Proposta ou lance que contenha valor simbólico, irrisório ou igual a zero, de acordo com o estabelecido no art. 44, § 3º da Lei 8.666/93, será desclassificado;
- f) Não poderá ser considerada, para fins de julgamento, qualquer vantagem não prevista neste instrumento de convocação;
- g) No julgamento das propostas será adotado, exclusivamente, como critério de classificação, MENOR PREÇO POR LOTE, considerando para tanto, a proposta mais vantajosa apresentada ou o menor lance ofertado na etapa competitiva.
- h) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na Lei 10.520/2002, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- i) No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;
- j) Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;
- k) A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços.
- l) Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência às ME's e EPPs.
- m) Se a proposta com menor preço cotado pertencer a uma ME/EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

n) Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de uma ME/EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME/EPP com valor igual ou superior até 5% (cinco por cento) do MENOR PREÇO POR LOTE cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

n.1) Preliminarmente, selecionar-se a(s) proposta(s) aceita(s) das ME's ou EPP's, dispondo-a(s) pela ordem crescente na classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014;

n.2) Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME/EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do artigo 45 da Lei nº 8.666/93 e no inciso III do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014, respectivamente.

n.3) Convocada a ME/EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição.

n.4) Convocada a ME/EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME/EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas.

n.5) Se nenhuma ME/EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências Editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME/EPP, será julgada a vencedora da licitação.

o) Depois de adjudicado o licitante vencedor, aquele que tiver ofertado o(s) menor(es) preço(s) por lote, o pregoeiro concederá 48 (quarenta e oito) horas para o mesmo apresentar nova planilha com os preços unitários dos itens e preço global, de conformidade com o lance verbal ofertado na sessão, não podendo o valor do **item** ser superior ao do valor de referência, citado no edital.

10.2 – O julgamento da habilitação será processado segundo os critérios abaixo:

a) Licitante que transgrida qualquer norma de legislação específica vigente será inabilitado;

b) Será inabilitada a empresa que não atender a qualquer das exigências estipuladas na CLÁUSULA 8 deste ato convocatório;

c) Concorrente cuja documentação de habilitação não cumpra qualquer outra regra inserta neste edital, em especial aquelas contidas no item 8.1, será inabilitado;

d) Participante que apresentar qualquer documento exigido neste edital com data da validade vencida ou cujas certidões não sejam confirmadas via Internet (quando disso dependa a sua validade) será inabilitado;



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

e) Documento que contenha rasuras, entrelinhas, emendas, borrões ou qualquer outro defeito que ponham em dúvida a veracidade das informações essenciais à sua validade acarretará a inabilitação do licitante.

10.3 – Para as microempresas e empresas de pequeno porte será aplicado subsidiariamente o que dispõe a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 com as alterações dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

11.1 – Quando não houver recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao particular cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração, por força do art. 4º, inc. XX, da Lei 10.520/2002.

11.2 – Constatada a regularidade do feito, a adequação do objeto licitado e, sobretudo, a vantagem das condições finais estipuladas, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal homologará a presente licitação.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.**

12.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.1.1 – Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **13. DOS RECURSOS.**

13.1 – Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao Pregoeiro, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação da vencedora.

13.2 – Será concedida, a licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 03 (três) dias para apresentação da petição devidamente fundamentada.

13.3 – As demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.4 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, conforme Art. 3º, XX, da Lei 10.520/2002.

13.5 – O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, em dias úteis e nos horários de 8:00 horas às 13:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fac-símile ou intempestivos.

## **14. DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇO**

14.1 – Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com o(s) fornecedor(es) primeiro classificado(s) e, se for o caso, com os demais classificados, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

14.2 – O Município de Bom Jesus/RN convocará os fornecedores a serem registrados, que terão prazo de até **08 (OITO) DIAS ÚTEIS**, contados da convocação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.3 – O prazo de convocação do fornecedor poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Bom Jesus/RN.

14.4 – Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como para as aquisições dela resultantes, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação de acordo com inciso XIII, art. 55 da Lei nº. 8.666/93.

14.5 – No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, será registrado os demais licitantes, mantido a ordem de classificação.

14.6 – A partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

14.7 – Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (DOZE) MESES**, contada da assinatura, computado neste prazo de validade as eventuais prorrogações.

14.8 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

14.9 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado na Ata de Registro de Preços.

## **15. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

15.1 – O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde, através de seu Secretário: Sr. Felipe Augusto Ribeiro Figueredo.

15.2 – São participantes as demais secretarias do município de Bom Jesus/RN;

15.3 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 005 de 03 de fevereiro de 2012, e na Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.3.2 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

15.3.3 – Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

15.4 – Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

## **16. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.**

16.1 – O recebimento dos materiais e/ou dos serviços deverá ser efetuado pelo servidor designado pela secretaria solicitante responsável pela aceitação do material objeto desta licitação.

16.2 – Por ocasião da entrega do material e/ou da prestação dos serviços, a Contratada deverá colher a data, à hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor da Contratante responsável pelo recebimento.

16.3 – Só serão aceitos os materiais e/ou serviços, desde que: a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada; com o prazo de validade, a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento, e a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora e o objeto esteja adequado para utilização.

16.4 – Constatada irregularidades no objeto contratual, este Município e/ou Fundo Municipal de Saúde e/ou Fundo Municipal de Assistência Social poderá:

- a) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis,
- b) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.5 – O objeto desta licitação deverá ser prestado/fornecido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura/recebimento da Ordem de Compra, independentemente da quantidade a ser solicitada.

16.6 – O objeto desta licitação deverá ser entregue adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como, pronto para ser utilizado.

16.7 – A prestação do objeto desta licitação deverá ser feita na Sede do Município de Bom Jesus/RN, conforme as ordens de compras e/ou serviços expedidas pelas secretarias solicitantes, definido no Termo de Referência (ANEXO I).

16.8 – As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

17.1 – As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão em conformidade com o Orçamento Geral do Município para o ano de 2017, de acordo com a Lei Orçamentária Anual Nº 358 de 08 de dezembro de 2016, com a Natureza das Despesas – 33.90.30 – Material de Consumo e 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

17.2 – Em havendo necessidade devidamente justificada poderá haver inclusão de Dotação Orçamentária de Órgão e/ou Secretaria participante ou não, através de Apostilamento (art. 65, § 8º Lei 8.666/93).



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## **18. DO PAGAMENTO.**

18.1 – A licitante, mensalmente, após o fornecimento definitivo, emitirá a nota fiscal de serviço em nome DO ÓRGÃO emissor da ORDEM DE SERVIÇO com o respectivo CNPJ e receberá o valor da nota fiscal que terá como base os preços unitários finais ofertados na fase de lances verbais desta licitação, que será apresentada ao Departamento Administrativo.

18.2 – O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao órgão emissor da ORDEM DE SERVIÇO/COMPRA, a ser processados em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.

18.3 – Para fazer jus ao pagamento, a empresa vencedora deverá comprovar sua adimplência com as fazendas: Municipal, Estadual e Federal, a través das certidões negativas de débitos.

18.4 – A PMBJ só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do **gestor do contrato**, o necessário ATESTO comprovando a efetiva entrega pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

18.5 – Em caso de entrega fracionada do objeto, quando previamente autorizada pela PMBJ, será efetuado o pagamento, depois que todo o serviço tiver sido entregue.

## **19. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.**

19.1 – Caberão à licitante vencedora, sem prejuízo do constante do Termo de Referência e do Anexo “I” deste Edital, as obrigações constantes da Minuta do Contrato, Anexo “II” deste Edital.

19.2 – Caberão a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, sem prejuízo do constante do termo de Referência e do Anexo “I” deste Edital, as obrigações constantes da Minuta do Contrato, Anexo “II” deste Edital.

## **20. DAS CONDIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.**

20.1 – Ficará responsável pelo acompanhamento da contratação a Secretária Municipal de Saúde, ordenador da despesa ou outro servidor designado para substituí-lo, que registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório próprio, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

21.1 – É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos enviados na forma deste Edital.

21.2 – Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Bom Jesus o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

21.3 – As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Bom Jesus não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4 – As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

21.5 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Bom Jesus.

21.7 – O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão Presencial.

21.8 – Este Edital será fornecido a qualquer interessado, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, na rua Manoel Andrade, 12 – Centro – ou através do site: <http://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br>.

21.9 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Bom Jesus. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

21.10 – A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição do objeto licitado.

21.11 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; dos Decretos Federais n.ºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.931, de 19 de setembro de 2001; e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93.

21.12 – Fica eleito o foro da Comarca de Macaíba/RN para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Bom Jesus/RN, 24 de julho 2017.

FRANCISCO CLÁUDIO GOMES DE SOUZA  
Pregoeiro Oficial





Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### PROCESSO Nº 0176/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N.º 017/2017

#### 1. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para **Aquisição futura e de forma parcelada de medicamentos, material hospitalar, equipamentos e psicotrópicos para suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Farmácia Municipal e Hospital Municipal Severina Azevedo de Oliveira, situados no município de Bom Jesus/RN**, conforme especificações constantes do **Termo de Referência**.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

Com a redemocratização, intensificou-se o debate nacional sobre a universalização dos serviços públicos de saúde. A Constituição Federal estabelece, no art. 196, que a saúde é “direito de todos e dever do Estado”, além de instituir o “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. A partir da Constituição Federal de 1988, a prestação do serviço público de saúde não mais estaria restrita aos trabalhadores inseridos no mercado formal. Todos os brasileiros, independentemente de vínculo empregatício, passaram a ser titulares do direito à saúde. Diante disso, com a criação do direito universal a saúde surge a figura do SUS. Um sistema orientado pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade do atendimento público de saúde.

Tomando como base a integralidade dos serviços – que se define como um conceito que permite uma identificação dos sujeitos como totalidades, ainda que não sejam alcançáveis em sua plenitude, considerando todas as dimensões possíveis que se pode intervir, pelo acesso permitido por eles próprios – observamos que o ato da consulta médica não se constitui, por si só, um atendimento integral, sendo necessário o fornecimento de condições para que a necessidade de um paciente seja atendido em sua plenitude.

Sob esta ótica e entendendo que o financiamento da saúde é de competência tripartite (Federação, Estado e Município) o município de Bom Jesus/RN, atendendo ao princípio da integralidade do atendimento, necessita da aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para atuar na prevenção e no tratamento de enfermidades dos munícipes e com isso garantir condições de saúde adequadas para os moradores do nosso município.

#### 3. DETALHAMENTO DO OBJETO

LOTE 01 – MEDICAMENTOS BÁSICOS (A-C)					
ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANTIDADES	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	CPR	120.000	R\$ 0,05	R\$ 6.000,00
2	ACIDO FOLICO 5MG	CPR	48.000	R\$ 0,06	R\$ 2.880,00
3	ADENOSINA 6MG/2ML	AMP	500	R\$ 3,98	R\$ 1.990,00
4	ADRENALINA IN	AMP	500	R\$ 3,33	R\$ 1.665,00
5	AGUA BI-DESTILADA 10ML	AMP	3.000	R\$ 0,38	R\$ 1.140,00
6	AGUA BI-DESTILADA 5ML	AMP	3.000	R\$ 0,28	R\$ 840,00
7	ALBENDAZOL 4% SUSP. 10ML	FR	1.200	R\$ 2,07	R\$ 2.484,00
8	ALBENDAZOL 400MG	CPR	4.800	R\$ 0,82	R\$ 3.936,00
9	ALENDRONATO 70MG	CPR	12.000	R\$ 0,67	R\$ 8.040,00
10	AMBROXOL XAROPE ADULTO 100ML	FR	1.800	R\$ 2,26	R\$ 4.068,00
11	AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO 100ML	FR	1.800	R\$ 2,60	R\$ 4.680,00
12	AMIODARONA 150MG/3ML	AMP	500	R\$ 2,22	R\$ 1.110,00
13	AMITRIPTILINA 25MG	CPR	30.000	R\$ 0,21	R\$ 6.300,00
14	AMOXICILINA 250MG SUSP. 60ML	FR	2.000	R\$ 5,05	R\$ 10.100,00
15	AMOXICILINA 500MG	CPR	40.000	R\$ 0,32	R\$ 12.800,00



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

16	AMPICILINA 250MG SUSP. 60ML	FR	500	R\$ 6,42	R\$ 3.210,00
17	AMPICILINA 500MG	CPR	10.000	R\$ 0,27	R\$ 2.700,00
18	ATENOLOL 100MG	CPR	6.000	R\$ 0,15	R\$ 900,00
19	ATENOLOL 25 MG	CPR	24.000	R\$ 0,08	R\$ 1.920,00
20	ATENOLOL 50MG	CPR	20.000	R\$ 0,09	R\$ 1.800,00
21	ATROPINA 0,25MG/ML	CPR	500	R\$ 3,10	R\$ 1.550,00
22	AZITROMICINA 500MG	CPR	3.000	R\$ 0,10	R\$ 300,00
23	BIPERIDENO 2MG	CPR	7.000	R\$ 0,37	R\$ 2.590,00
24	BROMAZEPAM 3MG	CPR	36.000	R\$ 0,22	R\$ 7.920,00
25	BROMAZEPAM 6MG	CPR	36.000	R\$ 0,21	R\$ 7.560,00
26	BROMETO IPRATROPIO 0,25MG/ML 20ML	FR	350	R\$ 1,19	R\$ 416,50
27	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20ML	FR	350	R\$ 2,15	R\$ 752,50
28	CAPTOPRIL 25MG	CPR	120.000	R\$ 0,09	R\$ 10.800,00
29	CAPTOPRIL 50MG	CPR	60.000	R\$ 0,05	R\$ 3.000,00
30	CARBAMAZEPINA 200MG	CPR	36.000	R\$ 0,24	R\$ 8.640,00
31	CARBAMAZEPINA 20MG/ML XPE C/ 100ML	FRA	1.200	R\$ 13,06	R\$ 15.672,00
32	CEFALEXINA 250MG SUSP. 60ML	FR	6.000	R\$ 8,10	R\$ 48.600,00
33	CEFALEXINA 500MG	CPR	30.000	R\$ 0,57	R\$ 17.100,00
34	CETOCONAZOL 200MG	CPR	5.000	R\$ 0,07	R\$ 350,00
35	CETOCONAZOL CREME 30G	BISN	5.200	R\$ 2,04	R\$ 10.608,00
36	CICLO 21, C/63	CPR	1.800	R\$ 0,30	R\$ 540,00
37	CINARIZINA 25MG	CPR	12.000	R\$ 0,15	R\$ 1.800,00
38	CINARIZINA 75MG	CPR	12.000	R\$ 0,14	R\$ 1.680,00
39	CIPROFLOXACINO	CPR	6.000	R\$ 0,29	R\$ 1.740,00
40	CLONAZEPAM 0,5MG	CPR	24.000	R\$ 0,22	R\$ 5.280,00
41	CLONAZEPAM 2MG	CPR	36.000	R\$ 0,34	R\$ 12.240,00
42	CLONAZEPAM SOL. ORAL 2,5MG/ML 20ML	FRA	120	R\$ 7,39	R\$ 886,80
43	CLORANFENICOL COLÍRIO	FRA	500	R\$ 4,06	R\$ 2.030,00
44	CLORPROMAZINA 100MG	CPR	6.000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00
45	CLORPROMAZINA 25MG	CPR	6.000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00
46	CLORPROMAZINA SOL. ORAL 40MG/ML 20ML	FRA	180	R\$ 4,26	R\$ 766,80
47	COMPLEXO B	CPR	30.000	R\$ 0,15	R\$ 4.500,00
48	COMPLEXO B GTS	FR	6.000	R\$ 0,98	R\$ 5.880,00
49	COMPLEXO B INJ. 2ML	AMP	1.500	R\$ 0,65	R\$ 975,00
50	COMPLEXO B XAROPE 100ML	FR	1000	R\$ 3,10	R\$ 3.100,00
<b>TOTAL DO LOTE 01</b>					<b>R\$ 260.520,60</b>
<b>LOTE 02 – MEDICAMENTOS BÁSICOS (D-G)</b>					
1	DEXAMETASONA 0,5MG ELIXIR 100ML	XPE	2400	R\$ 3,26	R\$ 7.824,00
2	DEXAMETASONA 2MG INJ. 1ML	AMP	3.000	R\$ 3,02	R\$ 9.060,00
3	DEXAMETASONA 4MG/ML INJ. 2,5ML	AMP	4.000	R\$ 3,21	R\$ 12.840,00
4	DEXAMETASONA CREME 10G	BISN	6.000	R\$ 3,59	R\$ 21.540,00
5	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	CPR	1.200	R\$ 0,31	R\$ 372,00
6	DEXCLORFENIRAMINA 2MG XAROPE 120ML	FR	3.000	R\$ 4,02	R\$ 12.060,00
7	DICLOFENACO DE RESINATO 20ML	FR	1.000	R\$ 3,56	R\$ 3.560,00
8	DICLOFENACO POTASSIO - 50MG	CPR	30.000	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
9	DICLOFENACO SODIO 50MG	CPR	30.000	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
10	DICLOFENACO SODIO 75MG INJ. 3ML	AMP	3.000	R\$ 2,36	R\$ 7.080,00
11	DIGOXINA 0,25MG	CPR	15.000	R\$ 0,22	R\$ 3.300,00
12	DIMETICONA – GOTAS	FR	4.800	R\$ 0,60	R\$ 2.880,00
13	DIPIRONA	GTS	4.800	R\$ 2,21	R\$ 10.608,00
14	DIPIRONA 500MG	CPR	60.000	R\$ 0,15	R\$ 9.000,00
15	DIPIRONA 500MG/ML INJ. 2ML	AMP	3.000	R\$ 1,75	R\$ 5.250,00
16	ENALAPRIL 10MG	CPR	30.000	R\$ 0,18	R\$ 5.400,00
17	ENALAPRIL 20MG	CPR	20.000	R\$ 0,21	R\$ 4.200,00
18	ERITROMICINA 250MG SUSP. 60ML	FR	2.400	R\$ 2,73	R\$ 6.552,00
19	ERITROMICINA 500MG	CPR	6000	R\$ 0,48	R\$ 2.880,00
20	ESCOPOLAMINA 20MG INJ. 1ML	AMP	3.000	R\$ 2,59	R\$ 7.770,00
21	ESTROGENOS CONJUGADOS 0,625MG	CPR	1.200	R\$ 0,93	R\$ 1.116,00



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

22	ESTROGENOS CONJUGADOS CREME 25G	BISN	1.200	R\$ 35,13	R\$ 42.156,00
23	FUROSEMIDA 20MG INJ. 2ML	AMP	2.000	R\$ 2,11	R\$ 4.220,00
24	FUROSEMIDA 40MG	CPR	24.000	R\$ 0,20	R\$ 4.800,00
25	GENTAMICINA 10MG INJ.	AMP	1.200	R\$ 1,10	R\$ 1.320,00
26	GENTAMICINA 20MG INJ.	AMP	1.200	R\$ 1,07	R\$ 1.284,00
27	GENTAMICINA 40MG INJ.	AMP	1.200	R\$ 1,14	R\$ 1.368,00
28	GENTAMICINA 80MG INJ. 2ML	AMP	1.200	R\$ 1,20	R\$ 1.440,00
29	GLIBENCLAMIDA 5MG	CPR	48.000	R\$ 0,11	R\$ 5.280,00
30	GLICOSE 25% INJ. 10ML	AMP	1.000	R\$ 0,24	R\$ 240,00
31	GLICOSE 50% INJ. 10ML	AMP	2.000	R\$ 0,34	R\$ 680,00
<b>TOTAL DO LOTE 02</b>					<b>R\$204.480,00</b>
<b>LOTE 03 – MEDICAMENTOS BÁSICOS (H-N)</b>					
1	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	CPR	36.000	R\$ 0,10	R\$ 3.600,00
2	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	CPR	24.000	R\$ 0,15	R\$ 3.600,00
3	HIDROCORTISONA 100MG	AMP	1.200	R\$ 7,00	R\$ 8.400,00
4	HIDROCORTISONA 500MG	AMP	1200	R\$ 8,73	R\$ 10.476,00
5	HIDROXIDO DE ALUMINIO+MAGNESIO 100ML	FR	2.400	R\$ 2,98	R\$ 7.152,00
6	KOLLAGENASE + CLORANFENICOL 15G	BISN	50	R\$ 25,15	R\$ 1.257,50
7	KOLLAGENASE + CLORANFENICOL 30G	BISN	50	R\$ 36,13	R\$ 1.806,50
8	LIDOCAINA 2% S/VASO INJ. 20ML	AMP	300	R\$ 2,70	R\$ 810,00
9	LIDOCAINA GELEIA 30G	BISN	300	R\$ 3,09	R\$ 927,00
10	LOSARTANA 50MG	CPR	3.600	R\$ 0,15	R\$ 540,00
11	MEBEDAZOL SUSP. 30ML	FR	1.000	R\$ 1,29	R\$ 1.290,00
12	MEBENDAZOL 100MG	CPR	10.000	R\$ 0,15	R\$ 1.500,00
13	METFORMINA 500MG	CPR	24.000	R\$ 0,16	R\$ 3.840,00
14	METFORMINA 850MG	CPR	48.000	R\$ 0,24	R\$ 11.520,00
15	METILDOPA 250MG	CPR	2.400	R\$ 0,25	R\$ 600,00
16	METILDOPA 500MG	CPR	1.000	R\$ 0,35	R\$ 350,00
17	METOCLOPRAMIDA 10MG INJ. 2ML	AMP	2.400	R\$ 1,34	R\$ 3.216,00
18	METOCLOPRAMIDA GOTAS 10ML	FR	2.400	R\$ 0,83	R\$ 1.992,00
19	METRONIDAZOL 250MG	CPR	7.200	R\$ 0,53	R\$ 3.816,00
20	METRONIDAZOL 400MG	CPR	5.000	R\$ 0,30	R\$ 1.500,00
21	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 50G	BISN	2.400	R\$ 5,33	R\$ 12.792,00
22	METRONIDAZOL SUSP. 80ML	FR	1200	R\$ 3,35	R\$ 4.020,00
23	N- BUTILESCOPOLAMINA INJ.	AMP	3.000	R\$ 2,45	R\$ 7.350,00
24	N-BUTILESCOPOLAMINA + DIPIRONA GOTAS	FR	2.400	R\$ 3,64	R\$ 8.736,00
25	N-BUTILESCOPOLAMINA + DIPIRONA INJ. 5ML	AMP	3.000	R\$ 2,43	R\$ 7.290,00
26	N-BUTILESCOPOLAMINA GOTAS 20ML	FR	2.400	R\$ 3,36	R\$ 8.064,00
27	NEOMICINA + BACITRACINA 10G	BISN	3.600	R\$ 1,33	R\$ 4.788,00
28	NIFEDIPINO 10MG	CPR	24.000	R\$ 0,16	R\$ 3.840,00
29	NIFEDIPINO 20MG	CPR	30.000	R\$ 0,19	R\$ 5.700,00
30	NIFEDIPINO 20MG RETARD	CPR	12000	R\$ 0,21	R\$ 2.520,00
31	NIMESULIDA 100MG	CPR	12.000	R\$ 0,13	R\$ 1.560,00
32	NISTATINA CREME VAGINAL 60G	BISN	3.000	R\$ 5,12	R\$ 15.360,00
33	NISTATINA SUSP. 50ML	FR	600	R\$ 2,74	R\$ 1.644,00
34	NORADRENALINA INJ	AMP	500	R\$ 4,87	R\$ 2.435,00
35	NORFLOXACINO 400MG	CPR	8.000	R\$ 0,29	R\$ 2.320,00
<b>TOTAL DO LOTE 03</b>					<b>R\$156.612,00</b>
<b>LOTE 04 – MEDICAMENTOS BÁSICOS (O-Z)</b>					
1	OMEPRAZOL 20MG	CPR	48.000	R\$ 0,19	R\$ 9.120,00
2	OMEPRAZOL 40MG	CPR	24.000	R\$ 0,29	R\$ 6.960,00
3	OMEPRAZOL INJ	AMP	1.200	R\$ 5,46	R\$ 6.552,00
4	PARACETAMOL 200MG GOTAS 15ML	FR	6.000	R\$ 1,29	R\$ 7.740,00
5	PARACETAMOL 500MG	CPR	40.000	R\$ 0,15	R\$ 6.000,00
6	PENICILINA BENZANTINA 1.200.000UI	AMP	1.200	R\$ 12,15	R\$ 14.580,00
7	PENICILINA BENZANTINA 400.000UI	AMP	1200	R\$ 11,31	R\$ 13.572,00
8	PENICILINA BENZANTINA 600.000UI	AMP	1.200	R\$ 11,72	R\$ 14.064,00
9	PREDNISONA 10MG	CPR	8.000	R\$ 0,37	R\$ 2.960,00
10	PREDNISONA 20MG	CPR	8.000	R\$ 0,39	R\$ 3.120,00



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

11	PREDNISONA 5MG	CPR	4.000	R\$ 0,30	R\$ 1.200,00
12	PROMETAZINA 25MG INJ. 2ML	AMP	600	R\$ 2,87	R\$ 1.722,00
13	PROPRANOLOL 40MG	CPR	40.000	R\$ 0,10	R\$ 4.000,00
14	RANITIDINA 150MG	CPR	20.000	R\$ 0,29	R\$ 5.800,00
15	RANITIDINA 50MG INJ. 2ML	AMP	1.600	R\$ 1,44	R\$ 2.304,00
16	SAIS P/REIDRATAÇÃO ORAL 27,9G	ENV	2.400	R\$ 0,81	R\$ 1.944,00
17	SALBUTAMOL XAROPE 100ML	FR	24.000	R\$ 2,62	R\$ 62.880,00
18	SINVASTATINA 20MG	CPR	48.000	R\$ 0,18	R\$ 8.640,00
19	SINVASTATINA 40MG	CPR	48.000	R\$ 0,25	R\$ 12.000,00
20	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 50G	BISN	800	R\$ 4,25	R\$ 3.400,00
21	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400MG+80MG	CPR	20.000	R\$ 0,21	R\$ 4.200,00
22	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA SUSP. 50ML	FR	2400	R\$ 2,41	R\$ 5.784,00
23	SULFATO FERROSO 40MG	CPR	55.000	R\$ 0,14	R\$ 7.700,00
24	SULFATO FERROSO GOTAS 30ML	FR	600	R\$ 2,92	R\$ 1.752,00
25	SULFATO FERROSO XAROPE 100ML	FR	600	R\$ 3,11	R\$ 1.866,00
26	TILATIL INJ	AMP	500	R\$ 7,37	R\$ 3.685,00
27	VITAMINA C 1G INJ. 5ML	AMP	1.200	R\$ 1,97	R\$ 2.364,00
28	VITAMINA C 500MG	CPR	24.000	R\$ 0,24	R\$ 5.760,00
29	VITAMINA C GOTAS 20ML	FR	2.000	R\$ 2,08	R\$ 4.160,00
<b>TOTAL DO LOTE 04</b>					<b>R\$225.829,00</b>
<b>LOTE 05 – MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS</b>					
1	AMITRIPTILINA 25MG	CPR	30.000	R\$ 0,21	R\$ 6.300,00
2	ATROPINA 0,25MG/ML	CPR	500	R\$ 3,10	R\$ 1.550,00
3	BIPERIDENO 2MG	CPR	7.000	R\$ 0,37	R\$ 2.590,00
4	BROMAZEPAM 3MG	CPR	36.000	R\$ 0,22	R\$ 7.920,00
5	BROMAZEPAM 6MG	CPR	36.000	R\$ 0,21	R\$ 7.560,00
6	CARBAMAZEPINA 200MG	CPR	36.000	R\$ 0,24	R\$ 8.640,00
7	CARBAMAZEPINA 20MG/ML XPE C/ 100ML	FRA	1.200	R\$ 13,06	R\$ 15.672,00
8	CLONAZEPAM 0,5MG	CPR	24.000	R\$ 0,22	R\$ 5.280,00
9	CLONAZEPAM 2MG	CPR	36.000	R\$ 0,34	R\$ 12.240,00
10	CLONAZEPAM SOL. ORAL 2,5MG/ML 20ML	FRA	120	R\$ 7,39	R\$ 886,80
11	CLORPROMAZINA 100MG	CPR	6.000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00
12	CLORPROMAZINA 25MG	CPR	6.000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00
13	CLORPROMAZINA SOL. ORAL 40MG/ML 20ML	FRA	180	R\$ 4,26	R\$ 766,80
14	DIAZEPAM 10MG	CPR	40.000	R\$ 0,14	R\$ 5.600,00
15	DIAZEPAM 5MG	CPR	12.000	R\$ 0,12	R\$ 1.440,00
16	DIAZEPAM INJ. 5MG/ML 2ML	AMP	1000	R\$ 1,44	R\$ 1.440,00
17	FENITOINA SODICA 100MG	CPR	8.000	R\$ 0,32	R\$ 2.560,00
18	FENOBARBITAL 100MG	CPR	24.000	R\$ 0,32	R\$ 7.680,00
19	FENOBARBITAL SOL. ORAL 40MG/ML 4%	FRA	200	R\$ 4,43	R\$ 886,00
20	FLUOXETINA 20MG	CPR	24.000	R\$ 0,35	R\$ 8.400,00
21	HALOPERIDOL 1MG	CPR	1.200	R\$ 0,19	R\$ 228,00
22	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS	FRA	200	R\$ 4,81	R\$ 962,00
23	HALOPERIDOL 5MG	CPR	6.000	R\$ 0,14	R\$ 840,00
24	LEVOMEPROMAZINA 100MG	CPR	4.000	R\$ 1,11	R\$ 4.440,00
25	LEVOMEPROMAZINA 25MG	CPR	4.000	R\$ 0,69	R\$ 2.760,00
26	LEVOMEPROMAZINA 4% GOTAS	FRA	100	R\$ 12,33	R\$ 1.233,00
27	MIDAZOLAN 15MG/3ML	AMP	100	R\$ 3,97	R\$ 397,00
28	MORFINA 10MG/ML	F/A	100	R\$ 1,43	R\$ 143,00
29	TRAMADOL 50MG INJ	AMP	1.500	R\$ 2,76	R\$ 4.140,00
<b>TOTAL DO LOTE 05</b>					<b>R\$117.234,60</b>
<b>LOTE 06 – INSULINAS (EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP)</b>					
1	INSULINA LANTUS 100 REFIL DE 3ML	UND	150	R\$ 111,73	R\$ 16.759,50
2	INSULINA HUMALOG LISPRO REFIL C 2 UNIDADES DE 3ML	UND	50	R\$ 73,95	R\$ 3.697,50
<b>TOTAL DO LOTE 06</b>					<b>R\$ 20.457,00</b>
<b>LOTE 07 – MATERIAL HOSPITALAR (A-G)</b>					
1	ABAIXADOR DE LINGUA PCT C/100	PCT	120	R\$ 7,99	R\$ 958,80



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

2	ÁGUA DESTILADA 5 LITROS	UNID	120	R\$ 7,10	R\$ 852,00
3	ÁGUA DESTILADA LITRO	UNID	240	R\$ 5,71	R\$ 1.370,40
4	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML	UNID	5000	R\$ 0,41	R\$ 2.050,00
5	AGULHA DESC. 13X4,5 CX C/100	UNID	15000	R\$ 0,12	R\$ 1.800,00
6	AGULHA DESC. 20X5,5 CX C/100	UNID	15000	R\$ 0,12	R\$ 1.800,00
7	AGULHA DESC. 25X7 CX C/100	UNID	15000	R\$ 0,13	R\$ 1.950,00
8	AGULHA DESC. 25X8 CX C/100	UNID	15000	R\$ 0,13	R\$ 1.950,00
9	AGULHA DESC. 40X12 CX C/100	UNID	15000	R\$ 0,13	R\$ 1.950,00
10	ÁLCOOL A 70%	UNID	700	R\$ 6,92	R\$ 4.844,00
11	ÁLCOOL ABSOLUTO LITRO	UNID	400	R\$ 10,05	R\$ 4.020,00
12	ÁLCOOL GEL G	UNID	500	R\$ 13,34	R\$ 6.670,00
13	ALGODÃO ROLO GRANDE	RL	400	R\$ 16,93	R\$ 6.772,00
14	AMBU + MÁSCARA	UNID	2	R\$365,00	R\$ 730,00
15	ASPIRADOR PORTÁTIL	UNID	4	R\$2.497,00	R\$ 9.988,00
16	ATADURA DE CREPOM 10CM X 3M	RL	5000	R\$ 0,65	R\$ 3.250,00
17	ATADURA DE CREPOM 15CM X 3M	RL	5000	R\$ 0,63	R\$ 3.150,00
18	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M	RL	5000	R\$ 0,78	R\$ 3.900,00
19	COLPOSCÓPIO COMPLETO	UNID	1	R\$ 501,07	R\$ 501,07
20	DEFIBRILADOR/DEA	UNID	2	R\$8.192,44	R\$ 16.384,88
21	EQUIPO MACRO GOTAS	UNID	4000	R\$ 1,26	R\$ 5.040,00
22	ESCOVA CERVICAL PCT C/ 100 UNID	UNID	6000	R\$ 0,49	R\$ 2.940,00
23	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5M	RL	500	R\$ 10,81	R\$ 5.405,00
24	ESPARADRAPO MICROPORE G	RL	240	R\$ 8,69	R\$ 2.085,60
25	ESPATULA DE AYRES PCT C/100	PCT	40	R\$ 8,51	R\$ 340,40
26	ESPÉCULO G	UNID	1200	R\$ 1,46	R\$ 1.752,00
27	ESPÉCULO M	UNID	1200	R\$ 1,50	R\$ 1.800,00
28	ESPÉCULO P	UNID	700	R\$ 1,48	R\$ 1.036,00
29	ESTETOSCÓPIO	UNID	50	R\$ 31,64	R\$ 1.582,00
30	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19M X 50M	RL	240	R\$ 3,09	R\$ 741,60
31	FITA P/AUTOCLAVE 19MM X 30M	RL	240	R\$ 6,22	R\$ 1.492,80
32	FITA TESTE PARA HGT CX C/50	CX	200	R\$ 76,75	R\$ 15.350,00
33	FRASCO PORTA LÂMINA	UNID	400	R\$ 0,79	R\$ 316,00
34	GAZE COMPRESSA 7,5CMX7,5CM PCT C/500	PCT	600	R\$ 20,59	R\$ 12.354,00
35	GAZE HIDROFILA 91CM	RL	500	R\$ 37,04	R\$ 18.520,00
36	GLICOSIMETRO	UNID	20	R\$ 90,38	R\$ 1.807,60
<b>TOTAL DO LOTE 07</b>					<b>R\$ 147.454,15</b>
<b>LOTE 08 - MATERIAL HOSPITALAR (J – Z)</b>					
1	JELCO N. 20	UNID	500	R\$ 2,38	R\$ 1.190,00
2	JELCO N. 22	UNID	500	R\$ 2,33	R\$ 1.165,00
3	JELCO N. 24	UNID	500	R\$ 2,38	R\$ 1.190,00
4	LAMINA DE BISTURI Nº 21 CX C/100	CX	10	R\$ 17,38	R\$ 173,80
5	LAMINA DE BISTURI Nº 23 CX C/100	CX	10	R\$ 17,39	R\$ 173,90
6	LÂMINA DE VIDRO FOSCO CX C/25	CX	100	R\$ 5,13	R\$ 513,00
7	LÂMINA DE VIDRO LISA CX C/25	CX	100	R\$ 5,17	R\$ 517,00
8	LANCETA PARA HGT CX 150	CX	30	R\$ 15,94	R\$ 478,20
9	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,0	PAR	3000	R\$ 1,59	R\$ 4.770,00
10	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,5	PAR	3000	R\$ 1,60	R\$ 4.800,00
11	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0	PAR	3000	R\$ 1,36	R\$ 4.080,00
12	LUVA PROCEDIMENTO TAM G CX C/100	CX	300	R\$ 22,37	R\$ 6.711,00
13	LUVA PROCEDIMENTO TAM M CX C/100	CX	800	R\$ 22,37	R\$ 17.896,00
14	LUVA PROCEDIMENTO TAM P CX C/100	CX	600	R\$ 22,37	R\$ 13.422,00
15	LUVA PROCEDIMENTO TAM PP CX C/100	CX	200	R\$ 22,37	R\$ 4.474,00
16	MÁSCARA DESC. TRIPLA C/ELASTICO CX C/50 UNID	CX	150	R\$ 7,37	R\$ 1.105,50
17	POLIFIX	UNID	500	R\$ 1,21	R\$ 605,00
18	POVIDINE TÓPICO 1000ML	LT	120	R\$ 16,83	R\$ 2.019,60
19	SCALP Nº 21	UNID	3600	R\$ 0,33	R\$ 1.188,00
20	SCALP Nº 23	UNID	3600	R\$ 0,35	R\$ 1.260,00
21	SCALP Nº 25	UNID	3600	R\$ 0,36	R\$ 1.296,00
22	SERINGA DESC. 10ML C/AG. 25X7	UNID	6000	R\$ 0,47	R\$ 2.820,00
23	SERINGA DESC. 1ML C/AG. 13 X4,5	UNID	50000	R\$ 0,33	R\$ 16.500,00



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

24	SERINGA DESC. 20ML C/AG. 25X7	UNID	3000	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
25	SERINGA DESC. 3ML C/AG. 25X7	UNID	6000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00
26	SERINGA DESC. 5ML C/AG. 25X7	UNID	6000	R\$ 0,43	R\$ 2.580,00
27	SONDA DE FOLEY Nº 16 2 VIAS	UNID	200	R\$ 2,87	R\$ 574,00
28	SONDA DE FOLEY Nº 18 2 VIAS	UNID	200	R\$ 2,91	R\$ 582,00
29	SONDA URETRAL N. 08	UNID	3600	R\$ 0,93	R\$ 3.348,00
30	SONDA URETRAL N. 10	UNID	3600	R\$ 0,97	R\$ 3.492,00
31	SONDA URETRAL N. 12	UNID	3600	R\$ 1,10	R\$ 3.960,00
32	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	UNID	1200	R\$ 3,38	R\$ 4.056,00
33	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML	UNID	800	R\$ 2,34	R\$ 1.872,00
34	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	UNID	2400	R\$ 3,43	R\$ 8.232,00
35	SORO GLICOSADO 250 ML	UNID	2000	R\$ 3,14	R\$ 6.280,00
36	SORO GLICOSADO 500ML	UNID	3000	R\$ 3,16	R\$ 9.480,00
37	SORO RINGER C/ LACTATO 500ML	UNID	1200	R\$ 3,74	R\$ 4.488,00
38	SORO RINGER SIMPLES 500ML	UNID	2000	R\$ 3,75	R\$ 7.500,00
39	TENSIOMÉTRO	UNID	50	R\$ 99,86	R\$ 4.993,00
40	TERMOMETRO CLINICO	UNID	120	R\$ 7,37	R\$ 884,40
41	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL - G	UNID	30	R\$ 5,12	R\$ 153,60
42	TORNIQUETE	UNID	100	R\$ 4,40	R\$ 440,00
43	TOUCA DESC. GRAMATURA 20 PCT C/100	PCT	120	R\$ 12,74	R\$ 1.528,80
44	TOUCA DESC. GRAMATURA 20 PCT C/100	PCT	120	R\$ 12,74	R\$ 1.528,80
<b>TOTAL DO LOTE 08</b>					<b>R\$ 158.910,00</b>
<b>LOTE 09 – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP)</b>					
1	BALANÇA PORTÁTIL	UNID	60	R\$ 69,98	R\$ 4.198,80
2	CAIXA TÉRMICA P/ VACINA E MEDICAMENTO G	UNID	15	R\$ 81,76	R\$ 1.226,40
3	FLUXÔMETRO	UNID	50	R\$ 61,79	R\$ 3.089,50
4	FRASCO PARA MÁSCARA DE VENTURE	UNID	100	R\$ 12,73	R\$ 1.273,00
5	MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO ADULTO	UNID	50	R\$ 10,43	R\$ 521,50
6	MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL	UNID	50	R\$ 10,31	R\$ 515,50
7	MÁSCARA DE VENTURE ADULTO	UNID	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
8	MÁSCARA DE VENTURE INFANTIL	UNID	50	R\$ 29,35	R\$ 1.467,50
9	NEBULIZADOR 1 SAÍDA	UNID	10	R\$ 203,45	R\$ 2.034,50
10	NEBULIZADOR 3 SAÍDAS	UNID	4	R\$ 885,14	R\$ 3.540,56
11	OXÍMETRO DE PULSO	UNID	2	R\$ 2.583,85	R\$ 5.167,70
12	RELÓGIO DO OXIGÊNIO (manômetro)	UNID	50	R\$ 41,68	R\$ 2.084,00
13	SONAR OBSTÉTRICO	UNID	5	R\$ 574,88	R\$ 2.874,40
<b>TOTAL DO LOTE 09</b>					<b>R\$ 30.893,36</b>

**O valor estimado da referida licitação corresponde a R\$ 1.322.390.71 (Um milhão, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e setenta e um centavos).**

#### **4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1 – As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão em conformidade com o Orçamento Geral do Município para o ano de 2017, de acordo com a Lei Orçamentária Anual Nº 358 de 08 de dezembro de 2016, com a Natureza das Despesas – 33.90.30 – Material de Consumo e 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

4.2 – Em havendo necessidade devidamente justificada poderá haver inclusão de Dotação Orçamentária de Órgão e/ou Secretaria participante ou não, através de Apostilamento (art. 65, § 8º Lei 8.666/93).

#### **5 – DO PAGAMENTO DOS MATERIAIS E/OU SERVIÇOS:**

5.1 – O pagamento será realizado até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais e/ou realização dos serviços, depois de aferido pela Secretaria ordenadora da despesa, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

- a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o prestador deverá tê-la encaminhada por meio eletrônico ao Município de Ceará-Mirim, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
- b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação;
- c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na ARP (Anexo X).

**Parágrafo Segundo:** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do fornecedor e/ou prestador dos serviços, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.2 – O pagamento será realizado nos termos contidos na Ata de Registro de Preços (ANEXO X).

## **6 – DAS PENALIDADES:**

6.1 - A recusa injusta da **CONTRATADA** em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1%(um por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimentos de contratar com ao **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN**, por prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, emitida pelo Sr. Prefeito, enquanto perdurarem os motivos da punição.

6.2 - Por atraso no fornecimento e/ou na realização dos serviços, fixada no Pregão e neste instrumento, observada a Legislação Regente.

## **7 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

7.1 - O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93, com modificações ulteriores.

7.2 - O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, de conformidade com o art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

## **8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- a) O **CONTRATADO** assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN**, ou a terceiros, por si ou por seus representantes, no fornecimento e/ou na realização dos serviços contratados, isentando ao **BOM JESUS/RN** de todas e quaisquer reclamações que possam surgir, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
- b) Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão de obra, tributos, leis sociais, lucros e



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

quaisquer outros encargos que incidam sobre o fornecimento do objeto licitado previstos, ou não, no Pregão.

c) A fiscalização do fornecimento e/ou dos serviços a serem realizados será efetuado pelo MUNICÍPIO de Bom Jesus/RN.

d) Quaisquer instruções, alterações, liberações e demais providências que a fiscalização julgar necessária para melhor desempenho da firma no fornecimento e/ou na realização dos serviços, deverão ser registrados no livro de ocorrência, não cabendo a CONTRATADA nenhuma reclamação decorrente de entendimentos verbais.

### **9 – RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:**

9.1 Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições e normativas aplicáveis.

Bom Jesus/RN, 24 de julho de 2017.

Felipe Augusto Ribeiro Figueredo  
Secretário Municipal de Saúde





Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO PMBJ/RN N.º xxx/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N.º xxx/2017**

CONTRATO N.º xxxx/2017 PARA AQUISIÇÃO FUTURA E DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E PSICOTRÓPICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, FARMÁCIA MUNICIPAL E HOSPITAL MUNICIPAL SEVERINA AZEVEDO DE OLIVEIRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN E xxxxxxxxxxxxxxxx, NOS TERMOS DO PROCESSO N.º xxx/2017.

Pelo presente **Instrumento de Contrato**, que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, com sede à Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor Clécio da Câmara Azevedo, brasileiro, casado, residente a Fazenda Santa Rita nº 100 – Zona Rural - nesta cidade, portador do RG nº 514.929 - SSP/RN e CPF nº 308.060.624-87, doravante denominado simplesmente **Contratante** e, de outro lado, xxxxxxxxxxxxxx residente à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxxx, xxxxx, Bairro xxxxxxxx, Natal/RN, aqui representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado simplesmente **Contratado**, com fundamento nos dispositivos da Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações e do **Pregão Presencial nº xxx/2017**, têm entre si como justo e contratado o que vem especificado nas cláusulas abaixo:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

**1.1. Aquisição futura e de forma parcelada de medicamentos, material hospitalar, equipamentos e psicotrópicos para suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Farmácia Municipal e Hospital Municipal Severina Azevedo de Oliveira, situados no município de Bom Jesus/RN, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência do Edital.**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

**2.1. O valor global do presente contrato é de R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx), de acordo com a proposta de preço apresentada pela CONTRATADA.**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

**3.1. O prazo para início dos serviços dar-se-á a partir da assinatura deste instrumento e posterior emissão da Ordem de Compra/Serviço.**

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**4.1. Esse contrato entra em vigor em sua assinatura tendo vigência pelo período de 12 (doze) meses.**

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

a) Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, diariamente, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;
- c) Fornecer a CONTRATADA todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato, quando solicitado;
- d) A CONTRATANTE se obriga a arcar com todos os custos com viagens e deslocamentos efetuados pelo CONTRATADO, por via aérea ou terrestre, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, mediante apresentação de documento comprobatório.
- e) A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento pelos serviços prestados conforme prazo estipulado neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral, com a seguinte rubrica:

**Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Ação: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Natureza: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Fonte: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Região: XXXXXXXXXXXXXXXX**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será condicionado à consulta da regularidade fiscal da pessoa jurídica e, também, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, contendo descrição do objeto da licitação e valor unitário referente ao mês da competência dos serviços;
- b) Certidão Negativa (ou positiva, com efeito, de negativa) de Débito – CND, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social / **INSS**;
- c) Certificado de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa (ou positiva, com efeito, de negativa) de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa (ou positiva, com efeito, de negativa) quanto à Dívida Ativa do Estado;
- f) Certidão Negativa quanto à Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- g) Certidão Negativa de Tributos do Município, da sede da LICITANTE.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**7.2.** Se a Nota Fiscal/Fatura apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa ou não vier acompanhada dos documentos exigidos no item 8.1.1, ficará pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

**7.3.** O pagamento dos serviços será efetuado com base nos quantitativos e preços unitários consignados na proposta de preços da CONTRATADA.

**7.4 -** O pagamento será efetuado integralmente em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, de acordo com as especificações constantes nesta cláusula.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO**

**8.1.** Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, o Pregão Presencial n.º xxx/2017 e seus anexos, a Proposta da CONTRATADA e demais peças que constitui o respectivo processo licitatório.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.

**9.2.** O atraso injustificado no início dos serviços requisitados consoante Ordem de Compra sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso, até o máximo de **2,5% (dois vírgula cinco por cento)**, sobre o valor total da Ordem de Compra.

**9.3.** As multas a que se refere esta cláusula serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

**9.4.** Pela **inexecução total** ou **parcial** do contrato, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 0,1% (**zero vírgula um por cento**), calculada sobre o valor global do contrato, no caso de atraso no cumprimento de determinação expressa da fiscalização;

c) Multa de 0,5% (**zero vírgula cinco por cento**) calculada sobre o valor do contrato, para os casos de reincidência em infrações anteriormente punidas com pena de advertência;

d) O atraso injustificado na execução do contrato, aferido mensalmente pela FISCALIZAÇÃO, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de mora de **10% (dez por cento)**, sobre o valor das faturas dos pagamentos a vencer;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - A aplicação da sanção prevista na alínea “a” não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**9.5.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 9.4, poderão ser aplicadas conjuntamente com alíneas “b”, “c” e “d”, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**9.6.** Ocorrendo a inexecução de que trata o item 10.4, reserva-se a Prefeitura Municipal de Bom Jesus o direito de optar pela contratação de licitante remanescente, desde que atendida a ordem



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

de classificação da licitação em tela e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

**9.7.** A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

**9.8.** A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Bom Jesus.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**10.1.** Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**11.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume, no prazo máximo de vinte (20) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

**12.1.** Fica eleito o foro do município de Macaíba/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

Bom Jesus/RN, xx de xxxxxxxxxxxx de 2017.

\_\_\_\_\_  
Clécio da Câmara Azevedo  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
(Representante da Vencedora)

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

### ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(em papel timbrado da empresa)

#### PROPOSTA DE PREÇOS

Senhor Pregoeiro,

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na rua\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº.\_\_\_\_\_, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe o Município de Bom Jesus/RN, o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

LOTE: XX						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Valor Total da Proposta: R\$\_\_(\_\_\_\_\_).

Local e data,

Nome ou carimbo: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo: \_\_\_\_\_

Nº. da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(em papel timbrado da empresa)

\*\*\*\*\* (razão social na empresa), CNPJ Nº.  
\*\*\*\*\* com sede na \*\*\*\*\* (endereço  
completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão  
Presencial nº. \_\_\_/2017, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos  
supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente  
da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local/UF, \*\*\*\* de \*\*\*\*\* de 2017

\*\*\*\*\*  
(assinatura do responsável pela empresa)

Nome ou carimbo: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo: \_\_\_\_\_

Nº. da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**OBS.: Esta declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.**



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

**PROCESSO PMBJ/RN N.º xxx/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º xxx/2017**

\_\_\_\_\_ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, para os fins de habilitação no Pregão n.º XXX/2017, Declara expressamente que:

1) Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local/ Data

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do responsável

***Nota: A presente Declaração deverá ser editada em papel timbrado da empresa licitante.***



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

### DECLARAÇÃO

A \*\*\*\*\* (razão social na empresa), CNPJ Nº. \*\*\*\*\* com sede na \*\*\*\*\*(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº. \_\_\_/2017, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente certame licitatório.

Local/UF, \*\* de \*\*\*\*\* de 2017

\*\*\*\*\*

(assinatura do responsável pela empresa)

Nome ou carimbo: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo: \_\_\_\_\_

Nº. da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**OBS.: Esta declaração deverá ser juntada aos documentos de Credenciamento.**





Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO VII – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(em papel timbrado da empresa)

Pelo presente instrumento, \*\*\*\*\* (razão social da empresa), situada à Rua \*\*\*\*\* (endereço completo) \*\*\*\*\* , neste ato representada pelo \*\*\*\*\* (cargo), \*\*\*\*\* (nome do responsável), \*\*\*\*\* (nacionalidade, estado civil, nº da carteira de identidade, órgão expedidor, data de emissão e nº do CPF), CREDENCIA o Sr. \*\*\*\*\* (nome do credenciado), \*\*\*\*\* (nacionalidade, estado civil, nº da carteira de identidade, órgão expedidor, data de emissão, e nº do CPF) \*\*\*\*\* , dando-lhe plenos poderes para, em nome desta empresa, dar entrada em documentação, formalizar propostas, dar lances, recorrer, desistir e tratar de todos os demais assuntos pertinentes à Licitação PREGÃO PRESENCIAL nº. \_\_\_/2017.

Local/UF, \*\* de \*\*\*\*\* de 2017

\*\*\*\*\*

(assinatura do responsável pela empresa)

**OBS.: Esta declaração deverá ser juntada aos documentos de Credenciamento.**



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

**ANEXO VIII – MODELO DA DECLARAÇÃO QUE SE ENQUADRA NA CATEGORIA DE MEI/ME/EPP.**

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN  
Ref.: LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2017.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que nos enquadrados na categoria de ME/EPP/MEI, de maneira que pretendemos nos beneficiar do direito de preferência, conforme preceitua a Lei Complementar nº 123/06.

Em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e identificação do representante legal da empresa

***Nota: A presente Declaração deverá ser editada em papel timbrado da empresa licitante.***



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

\_\_\_\_\_ (Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no subitem 7.3 do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial (SRP) n° \_\_\_\_/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local/UF, \*\* de \*\*\*\*\* de 2017

\*\*\*\*\*

(assinatura do responsável pela empresa)



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

## ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX  
PROCESSO Nº XXXX VALIDADE: XX (XXXX) MESES

Aos XX dias do mês de XXXX de XXXX, o Município de Bom Jesus, por intermédio da Prefeitura municipal, com sede na Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, o Sr. Clécio da Câmara Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o 308.060.624-87, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Fazenda Santa Rita nº 100 – Zona Rural, Bom Jesus/RN;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº XXXX/XXXX, conforme Ata publicada em XX/XX/XXXX e homologada pelo XXXX;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, cuja proposta foi classificada em XX lugar no certame.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. **Aquisição futura e de forma parcelada de medicamentos, material hospitalar, equipamentos e psicotrópicos para suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Farmácia Municipal e Hospital Municipal Severina Azevedo de Oliveira, situados no município de Bom Jesus/RN, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:**

#### **LOTE: XXXXXXX**

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Valor Total do Lote: \_\_\_\_\_

LOTE:						
ITENS	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	MARCA	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)
Xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xx	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
Xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xx	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
Xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xx	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
Xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xx	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.2. São participantes todos as Secretarias do município.

2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada lote da Ata.

2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6º do Decreto nº 7.892, de 2013.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do artigo 12, do Decreto nº 7.892, de 2013, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 1 (um) ano.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on-line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## **7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO**

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. A Contratante obriga-se a:

9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 10. CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

10.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta - corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido





Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento  
VP = Valor da Parcela em atraso

## 11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

12.1.2. Apresentar documentação falsa;

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.6. Cometer fraude fiscal;

12.1.7. Fizer declaração falsa;

12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: c. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante; d. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

12.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

12.3.2. Apresentar documentação falsa;

12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

12.3.4. Cometer fraude fiscal;



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO  
Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000  
CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209  
<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: e. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

a. Multa:

a.1. Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;

a.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, pelo prazo de até dois anos;

b.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

c. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

12.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

12.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



Estado do Rio Grande do Norte

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO

Rua Manoel Andrade, 12, Centro – CEP: 59270-000

CNPJ 08.002.404/0001-26 Telefax: (84) 3253-2209

<http://www.bomjesus.rn.gov.br/licitacao>

13.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

13.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Presencial para Registro de Preços nº XXXX/XXXX e a proposta da empresa.

13.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

13.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o Foro da Comarca de Macaíba/RN, com exclusão de qualquer outro.

Bom Jesus/RN de XXXX, XX de XXXX de XXXX.

---

Representante do Órgão

---

Representante da Empresa